

**PERFIL DO ELEITORADO BRASILEIRO JOVEM COM VOTO FACULTATIVO:
ANÁLISE DAS ELEIÇÕES DE 1990, 2000 E 2016.**

João Santiago Lisboa

Universidade Federal do Pará / E-mail: joaoslisboa21@gmail.com

Maycon Yuri Nascimento Costa

Universidade Federal do Pará /E-mail: mayconyuri15@gmail.com

Simone Farias Silva

Universidade Federal do Pará / E-mail: silvasimone033@gmail.com

Carlos Augusto da Silva Souza

Universidade Federal do Pará /E-mail: carlossouza@ufpa.br

AT: COMPORTAMENTO POLÍTICO, ELEITORAL E LIDERANÇAS

Trabalho preparado para sua apresentação no 9º Congresso Latinoamericano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP). Montevideo, 26 a 28 de julho de 2017.

PERFIL DO ELEITORADO BRASILEIRO JOVEM COM VOTO FACULTATIVO: ANÁLISE DAS ELEIÇÕES DE 1990, 2000 E 2016.

RESUMO:

Embora no Brasil o voto seja obrigatório para pessoas acima de 18 a 70 anos, existe uma faixa etária da população que dispõe do direito ao voto na modalidade facultativa. Este estudo apresenta os resultados preliminares de uma pesquisa que procura entender o caráter não obrigatório do voto no Brasil, objetivando apresentar o perfil do eleitorado brasileiro considerado jovem, com voto facultativo, e caracterizando suas diferenças por Estados e Regiões. O modelo metodológico adotado contemplou variáveis como: sexo, divisão regional e IDH-Educação. O eleitorado com voto facultativo é constituído pelos analfabetos, idosos a partir dos 70 anos e jovens maiores de 16 e menores de 18 anos, entretanto, para efeito deste estudo, analisou-se apenas o eleitorado jovem. Para a construção de evidências, utilizou-se a base de dados do Tribunal Superior Eleitoral, para quantificar a proporção do número de eleitores jovens, nessa faixa etária, em três períodos: 1990, 2000 e 2016. Estes foram relacionados com os dados da população total, obtidos através do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no período de 1991/2000/2010. Os resultados demonstram que na maioria dos Estados houve diminuição de eleitores jovens com voto facultativo nesse período. Quanto às diferenças regionais, estas demonstram que as regiões sul, sudeste e centro-oeste são as que apresentam as menores proporções de eleitores jovens. Quanto ao sexo, as mulheres apresentaram a maior proporção de eleitores jovens em todas as regiões do país. Relacionando o IDH-Educação, observou-se que as Regiões com os menores índices educacionais foram as que apresentaram as maiores proporções de eleitores jovens. Estas premissas contestam a hipótese de que quanto maior o índice educacional, maior será o número de eleitores participando do processo democrático.

PALAVRAS-CHAVE: Eleitorado Jovem. Voto Facultativo. IDH-Educação. Democracia. Voto.

INTRODUÇÃO

Este estudo apresenta como objetivo identificar algumas características do jovem eleitor no Brasil. No decorrer da pesquisa, considerou-se pertinente relacionar as características deste eleitorado com determinadas variáveis como: região, sexo e escolaridade. É importante frisar que o voto obrigatório foi implantado no Brasil pelo Código Eleitoral de 1932 e transformado em norma, pela Constituição de 1934, sendo justificado como necessidade para garantir a presença dos eleitores nas eleições, sendo o não comparecimento passível de sanções (OLIVEIRA, 1999). Na constituição de 1988, o direito ao voto passou a ser considerado facultativo para determinados cidadãos: analfabetos, jovens maiores de 16 e menores de 18 anos e idosos maiores de 70 anos.

Em relação à obrigatoriedade, pesquisas têm demonstrado que o voto compulsório propicia o crescimento do comparecimento às eleições; entretanto, há um consenso de que isto pode significar muito pouco em termos de participação qualitativa efetiva. Outra variável considerada importante pela literatura é o padrão de desenvolvimento dos territórios, uma vez que nas regiões mais pobres encontram-se os indivíduos com menor renda, menos escolarizados, menos politizados e, nesse sentido, menos motivados a participar (LIPSET, 1967; WOLFINGER E ROSENSTONE, 1980; VERBA, NIE E KIM, 1987 *apud* OLIVEIRA, 1999).

Do ponto de vista temporal, o artigo procurou avaliar a evolução da participação da juventude na vida política nacional a partir da comparação de três momentos distintos: 1990, 2000 e 2016. A partir da observação do cadastro de eleitores em cada período selecionado estas informações foram cruzadas com variáveis geográficas, no caso as diferenças regionais existentes na federação brasileira, incorporando na análise as variáveis sexo e nível educacional, medido pelo IDH-Educação das regiões do país.

As informações que deram sustentação às análises foram obtidas a partir de dois bancos de dados: **1)** Tribunal Superior Eleitoral (TSE) onde organizou-se os dados referentes ao cadastro dos eleitores jovens em cada período, divididos por região e sexo, **2)** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), onde organizou-se os dados relativos ao tamanho da população existente em cada período, dividida por região e sexo, e, **3)** IDH-Educação, onde se organizou o índice de desenvolvimento humano, com os dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, no aspecto educação, por Estado e Região. A partir

destas informações foi possível identificar o crescimento da participação dos jovens no processo eleitoral ao longo do período analisado, distribuídos por sexo, estados e regiões para posteriormente cruzar estas informações com o crescimento da população juvenil no mesmo período, divididas por estado, sexo e IDH-Educação dos territórios

O estudo partiu de duas hipóteses principais já identificadas na literatura. A primeira parte da premissa que o eleitorado jovem com voto facultativo possui grande representatividade em relação a população total nesta faixa etária, e a segunda parte da evidência que a educação é um fator importante para que os eleitores participem do processo democrático. No decorrer da pesquisa, entretanto, constatou-se que ambas as premissas precisam ser relativizadas, pois, constatou-se que diferente do que informa a literatura houve uma diminuição proporcional no cadastro de eleitores na faixa etária entre 16 e 18 anos ao longo do período analisado, mas isto não se verificou em todos os estados e regiões do país, pois a participação dos jovens foi mais acentuado em algumas regiões e menores em outras.

Da mesma forma, em relação a associação entre escolaridade e participação, a pesquisa também não ofereceu sustentação para esta premissa, pois observou-se que na maioria dos Estados e Regiões com menores níveis educacionais houve maior crescimento proporcional do eleitorado jovem em relação ao crescimento proporcional do número de habitantes nesta faixa etária. Além disso, o estudo ainda verificou que o eleitorado jovem do sexo feminino, mesmo em um país que só em 1932 permitiu as mulheres votarem, teve um crescimento proporcional mais acentuado que o eleitorado masculino em relação ao crescimento e distribuição da população por sexo, mas isto não se verificou em todos os estados e regiões do país.

APORTES CONCEITUAIS

No Brasil o voto é de natureza compulsória, isto é, são obrigados a se cadastrar no sistema eleitoral todos os brasileiros alfabetizados entre 18 e 70 anos. O comparecimento é obrigatório, mas aqueles que não desejarem escolher nenhum candidato têm a opção de votar em branco ou anularem seu voto. Aqueles que não comparecerem no dia da votação e não justificarem podem pagar multa e sofrerem certas restrições como: impedimento de participar em concurso público, participar de concorrência pública, obter empréstimos em qualquer estabelecimento de crédito mantido pelo governo e com essas entidades estabelecer contrato,

obter passaporte e renovar matrícula em estabelecimento de ensino público oficial ou fiscalizado pelo governo.

A partir da Constituição de 1988 foram incluídos como eleitores com voto facultativo ou opcional, os analfabetos, os idosos acima de 70 anos, além de jovens maiores de 16 e menores de 18 anos inscritos como eleitores. Para estes não há nenhum tipo de sanção, mesmo que quando cadastrados não usem do direito de voto.

O voto obrigatório no Brasil é objeto de intenso debate, pois alguns estudiosos consideram a obrigatoriedade uma anomalia da democracia representativa, sendo uma condição de atraso e uma medida não democrática. Outros autores, por outro lado, consideram que dadas as características sociais, econômicas, políticas e ambientais do país, o voto obrigatório se constitui como uma necessidade para o fortalecimento da democracia representativa, devido oferecer melhores condições para a legitimidade dos governantes.

Em um estudo realizado no final dos década de 1990 Elkins (2000) analisou alguns fatores que impulsionam os indivíduos a votar. Utilizando a variável educação como referência o autor procurou identificar a influência da escolaridade no comparecimento eleitoral. Desse modo, o autor estabeleceu duas explanações: (1) a elevação da escolaridade afetaria os indivíduos em uma dimensão psicológica, eficácia política, interesse por política, as quais estariam relacionadas em uma tendência em acompanhar a política, e, (2) a elevação da escolaridade levaria os indivíduos a se tornarem mais habilidosos e práticos.

Elkins utilizou informações colhidas pelo *Datafolha* como base de dados para sua pesquisa. Os dados brutos foram obtidos através de *surveys* aplicados pouco antes das eleições presidenciais ocorridas em 1994. Em suas conclusões o autor observa que o percentual de pessoas interessadas na política é diretamente proporcional ao nível educacional dos mesmos. Além da variável educação, o estudo incorporou outras variáveis explicativas como idade, raça e renda, analisando como elas repercutem no comparecimento e envolvimento eleitoral e político. Elkins também incorporou a variável renda, entretanto, não a considerou como um fator notável para explicar o comparecimento às urnas, uma vez que tanto as camadas com rendas mais altas como as mais baixas apresentavam semelhante participação.

Outra pesquisa que procura esclarecer os fatores que influenciam no comparecimento eleitoral foi realizada por Ribeiro, Borba e Silva (2015). A contribuição dos autores se tornou

importante por tratar-se de uma análise que focaliza os países da América Latina, considerado pela literatura como democracias recentes e, portanto pouco consolidadas. Dentre as várias observações, os autores apontam para uma conexão entre o crescimento do número da população urbana como um indicador que incide diretamente na chance do eleitor comparecer para votar. Outro fator que contribui para esse fenômeno é a obrigatoriedade, pois nos países onde há voto obrigatório há maior comparecimento. Além disso, Ribeiro, Borba e Silva (2015), indicam variáveis atitudinais como importantes para o processo de participação. Neste caso, a insatisfação com o sistema econômico aparece na pesquisa como inversamente proporcionais à participação, mas, por outro lado, variáveis de natureza sociológica como: o aumento da expectativa de vida, bem como a escolaridade seriam fatores que contribuem para o eleitor comparecer às urnas. Alguns fatores institucionais também se tornam importantes para a participação como: confiança nos procedimentos, como contagem de votos e sistemas de controles para evitar fraudes.

Denny e Doyle (2008), em um estudo realizado sobre as eleições britânicas, e tomando como base as determinações presentes na Teoria da Escolha Racional chegam a conclusão que o comparecimento está ligado a expectativa dos benefícios políticos derivados do ato de votar. Desse modo, indivíduos dotados de elevada capacidade de compreensão do processo político e do quanto isso pode repercutir em suas vidas, maximizam seu comparecimento às urnas.

De acordo com Nogueira (2010), existem três modalidades ou tipologias, sob as quais se podem vislumbrar o voto, a primeira de caráter mais normativo indica que o voto seria uma obrigação civil, portanto a ausência de seu exercício resultaria em sanções e penalizações. Em segunda instância, a manifestação do voto, configura-se como um direito, sendo assim, seu exercício seria considerado facultativo. E por fim, a premissa de que o alistamento se materializa como uma obrigação moral, portanto, o voto deveria ser uma escolha, sendo facultativo ou opcional.

No caso brasileiro, é importante frisar que o voto foi facultativo até a formatação do código eleitoral de 1932, o qual além de tornar o voto obrigatório, excluiu os analfabetos. Com o processo de redemocratização em 1988, houveram propostas como a terceira alternativa, para tornar o alistamento obrigatório, mas não o voto em si, sendo que neste caso, foi aprovado o voto em branco e o voto nulo, que não são considerados como votos válidos para efeito da definição dos eleitos. O fato da Constituição brasileira elencar uma série de

penalizações aos que deixarem de comparecer ao pleito eleitoral, torna o voto no Brasil uma obrigação civil, definida em lei, mas não como um direito de escolha.

É no contexto desta discussão que este artigo pretende avançar. Nele, ainda que avaliando apenas uma fração do eleitorado, no caso os eleitores jovens com voto facultativo, e utilizando de variáveis sociais, econômicas e demográficas, pretende verificar o comportamento e evolução da participação dos eleitores jovens no processo político nacional ao longo das três últimas décadas entre os Estados e Regiões do país.

MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia utilizada neste trabalho está subsidiada pelo método quantitativo, os dados foram agregados a partir dos seguintes procedimentos:

a) **Jovens eleitores** – Para organizar os dados dos eleitores na faixa etária de 16 a 18 anos foram utilizados os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) relativo ao cadastramento de eleitores em três períodos distintos: 1992, 2000 e 2016. A agregação dos dados foi realizada por estado da federação e divididos por sexo. Posteriormente estes dados foram agregados em regiões através da soma simples dos resultados por estado. Na determinação dos resultados o quantitativo de eleitores jovens que se habilitaram a votar foi estimado em relação a proporção da população total de jovens na mesma faixa etária em cada período.

b) **População Jovem** – Utilizou-se os dados dos Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos anos de 1991, 2000 e 2010. Esta informação permitiu avaliar a população total de jovens entre 16 a 18 anos em cada período para avaliar a proporção do número de eleitores jovens em relação a população total na mesma faixa etária. Os dados foram agregados por estados e região. O objetivo desta metodologia foi avaliar se o cadastramento eleitoral dos jovens está acompanhando o crescimento da população de jovens em cada período analisado.

c) **Indicadores educacionais dos estados** – utilizou-se o **IDH-Educação** aplicada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Este indicador foi estabelecido por estado e região e depois cruzado com os indicadores de cadastramento dos jovens no sistema eleitoral. O IDH parte de uma escala que de 0 a 1, ou seja, quanto mais próximo de 1, maior é o desenvolvimento educacional dos estados.

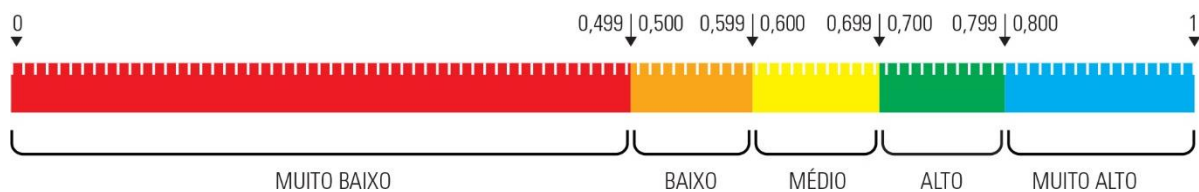


Figura 1 - Faixas de Desenvolvimento Humano.

Fonte: ATLAS BRASIL. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/. Acesso em 08, jan. 2017.

Quanto aos instrumentos de coleta de dados utilizou-se o sistema *Excel*, para elaboração das planilhas que possibilitam agregar e processar os dados, onde foram selecionados apenas os dados referentes à faixa etária de 16 a 18 anos, que é classificada como voto facultativo dos jovens no Brasil.

Para o cruzamento dos dados utilizou-se a proporção do número de eleitores na faixa etária de 16 a 18 anos com a população total, por Estado, em cada período. Deste modo, os dados cruzados representam as seguintes ordens: Eleitorado de 1992 com a população total do censo de 1991; Eleitorado de 2000 com a população total do censo de 2000; Eleitorado de 2016 com a população total do censo de 2010.

Optou-se por fazer o cruzamento do perfil do eleitorado com a população total do censo demográfico mais próximo. O censo demográfico do IBGE é realizado a cada 10 anos, com exceção de 1991, aqui utilizado, que não foi concluído em 1990 por falta de contratação suficiente de pessoas para realizar o levantamento censitário, por isso esse censo apresenta um período de onze anos¹.

No caso da utilização dos dados do cadastramento de 2016 isto se estabeleceu pelo fato de ser o cadastramento mais atual. Entretanto, este período é mais distante em relação aos outros dois cruzamentos aqui utilizados. Parte-se do princípio que a cada dez anos a população aumenta, conforme demonstra os censos já realizados, que decorrem de fatores como maior expectativa de vida e uma mortalidade menor. Quanto à população de eleitores só podem ser verificados pelo levantamento cadastral disponibilizado pelo TSE, onde o eleitorado representa a quantidade de pessoas que se registram como eleitores, através da solicitação do título de eleitor.

¹ Ver em IBGE Memórias. Disponível em <http://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/historicos-dos-censos/censos-demograficos>. Acesso em 04, jun. 2016.

PERFIL DO ELEITORADO JOVEM NO BRASIL

Os gráficos destacados abaixo permitem observar como se distribuem o eleitorado jovem no Brasil por sexo, regiões e estados. No gráfico 1 são apresentados a evolução do eleitorado jovem do sexo masculino e observou-se que o ritmo de crescimento da incorporação do jovens do sexo masculino no sistema político não acompanha na mesma proporção o crescimento da população masculina na mesma faixa etária e o ritmo de crescimento não ocorre da mesma forma em todas as regiões do país. Apesar de certo crescimento no Brasil o Centro-Oeste, Sudeste e Sul, apresentaram uma queda significativa da população de jovens com voto facultativo; em contrapartida as regiões Norte e Nordeste apresentaram um comportamento diferente em relação as outras regiões, o ano 2000 foi o que teve maior registro de jovens com idades de 16 e 18 anos em ambas as regiões.

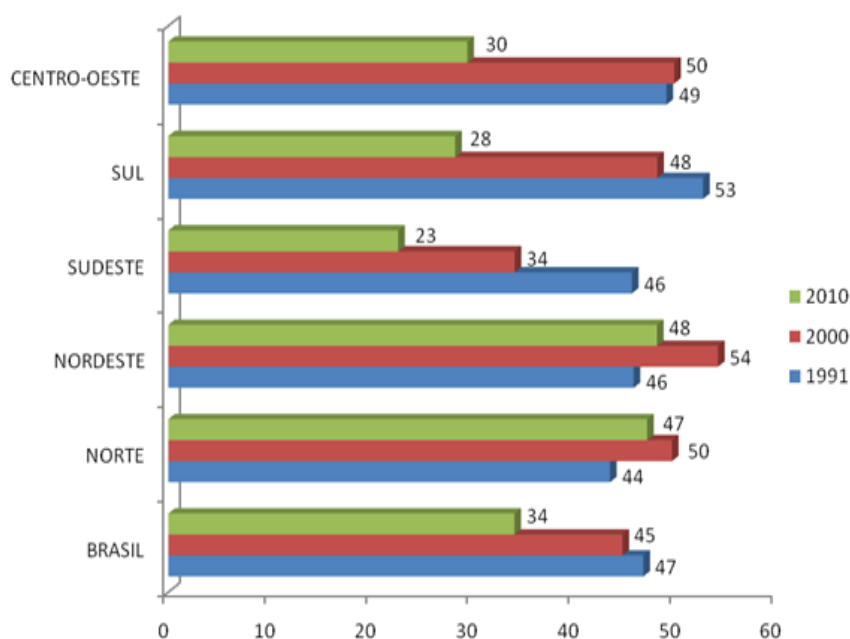


Gráfico 1- Proporção de jovens do sexo masculino cadastrados como eleitores em relação a população total de jovens do sexo masculino no Brasil e regiões - 1991/2000/2010.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE (1992/2000/2016) e do Censo Demográfico do IBGE (1991/2000/2010).

O resultado presente no Gráfico 2 evidencia a proporção dos jovens eleitores do sexo feminino e sua evolução por estado e região. Os dados indicam que as mulheres com idade entre 16 e 18 anos que se cadastraram foi superior aos dos homens nesse mesmo período, em relação aos homens e os períodos de 2010 e 1991 há uma oscilação entre as regiões, mas o percentual dos homens é maior na maioria das regiões. As representações das mulheres jovens

com voto facultativo em relação ao levantamento nos anos 1991, 2000 e 2010, mostraram um relativo crescimento, tendo sua expressiva diminuição ocorrida no senso de 2000 para 2010.

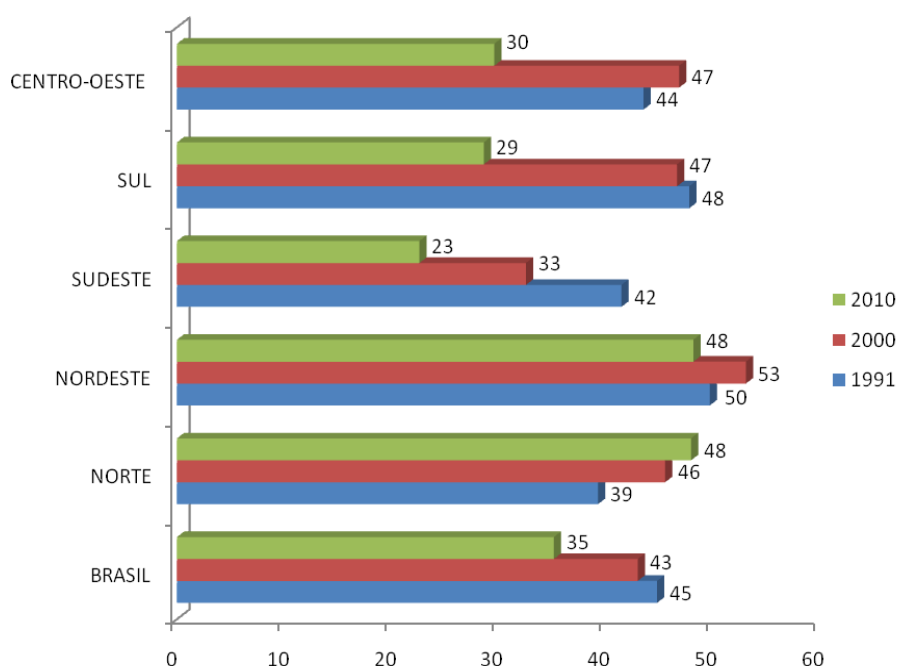


Gráfico 2 - Proporção dos eleitores do sexo feminino com voto facultativo no Brasil e Unidades da Federação - 1991/2000/2010.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE (1992/2000/2016) e do Censo Demográfico do IBGE (1991/2000/2010).

O registro realizado nas regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste apresentaram proporções similares, registraram uma diminuição no registro de mulheres jovens, esse aspectos é evidenciado principalmente nos anos de 2000 à 2010. No Norte ocorreu o inverso em relação às demais regiões, o registro de mulheres com voto facultativo nos censos dos respectivos anos, se percebe o aumento das mulheres com essa idade, de certo não podemos inferir com precisão, mas, apesar do número populacional se concentrar nas capitais, há um número expressivo da população que vive no interior dos Estados dessa região, para se deslocar no interior da região Norte é mais difícil, devido sua distribuição espacial, Por esse motivo talvez não se tenham alcançado nos censos de 1991 e 2000 os lugares mais distantes da região.

O Nordeste não apresentou um crescimento expressivo da população feminina com idade de 16 a 17 no decorrer dos anos 1991, 2000 e 2010, temos percentuais diferentes em relação aos anos, porém são pouco expressivos, seja, sua diminuição ou aumento de um censo para o outro. Os percentuais da região indicam que a maioria da população feminina com

50%, 53% e 48% se encontram na faixa etária de 16 a 17; seria necessário cruzar esses dados com a taxa de natalidade e mortalidade das mulheres nesses respectivos anos para saber o porquê da concentração expressiva de jovens nessa faixa etária.

Quanto ao IDH Educação, o Gráfico 3 apresenta alguns aspectos que cabem ser destacados. É evidente que todas as regiões demonstraram um crescimento na dimensão educação, para os três períodos, porém podemos observar as diferenças que as regiões possuem. Norte e Nordeste são as únicas regiões que apresentam um baixo IDH-Educação, levando em consideração a faixa de desenvolvimento humano. Centro-Oeste, Sul e Sudeste apresentam IDH médio e nenhuma região é classificada como alta ou baixa. Tais características destacam que o Brasil ainda está aquém do ideal, além disso é necessário observar que as diferenças se encontram dentro do próprio território.

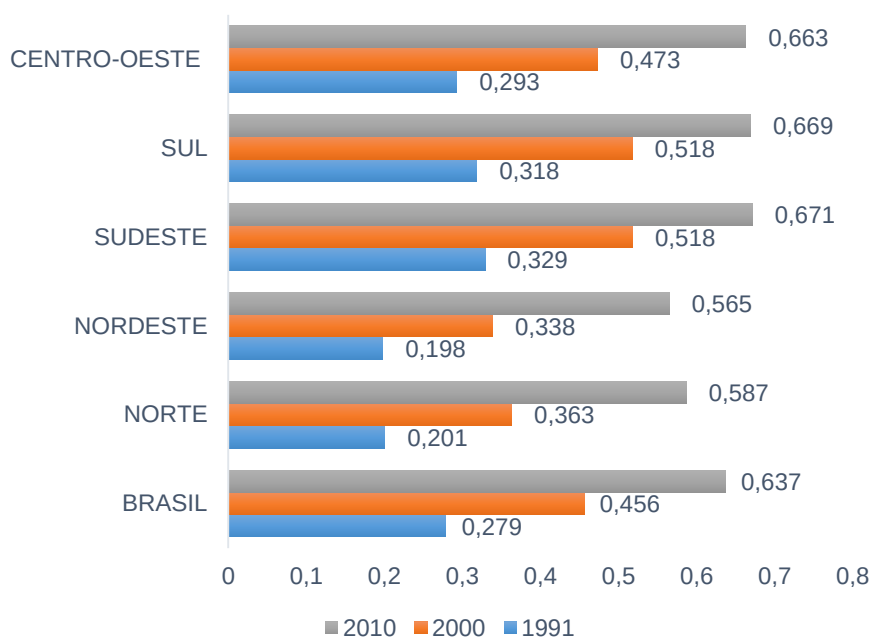


Gráfico 3 – IDH Educação no Brasil e Unidades da Federação - 1991/2000/2010.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Atlas Brasil (1991/2000/2010).

A região Norte é composta por 7 Estados federativos – Tocantins, Amapá, Pará, Roraima, Amazonas, Acre e Rondônia. Sua expressão populacional encontra-se nos Estados do Amazonas e Pará, sendo que o Amazonas é o maior estado brasileiro em extensão territorial. Entretanto, o Pará é o Estado mais populoso da região norte, são cerca de 1,5 milhões apenas na sua capital, totalizando mais de 8 milhões no Estado inteiro contra 4 milhões do Amazonas. O estado de Tocantins no censo de 2000 apresentou elevado

percentual 70% da população masculina com idade de 16 a 17 em relação ao censo de 1991 e 2010, este fato só ocorreu neste estado, nos demais estados da região Norte houve relativa oscilação em relação ao registro da população masculina que representa o voto facultativo; o Amazonas e o Acre tiveram disparidades mais acentuadas. Na Região Norte houve aumento crescente em relação ao censo dos anos 1991, 2000 e 2010 em termos percentuais da população masculina com idade de 16 a 17 anos que expressam o voto facultativo na região.

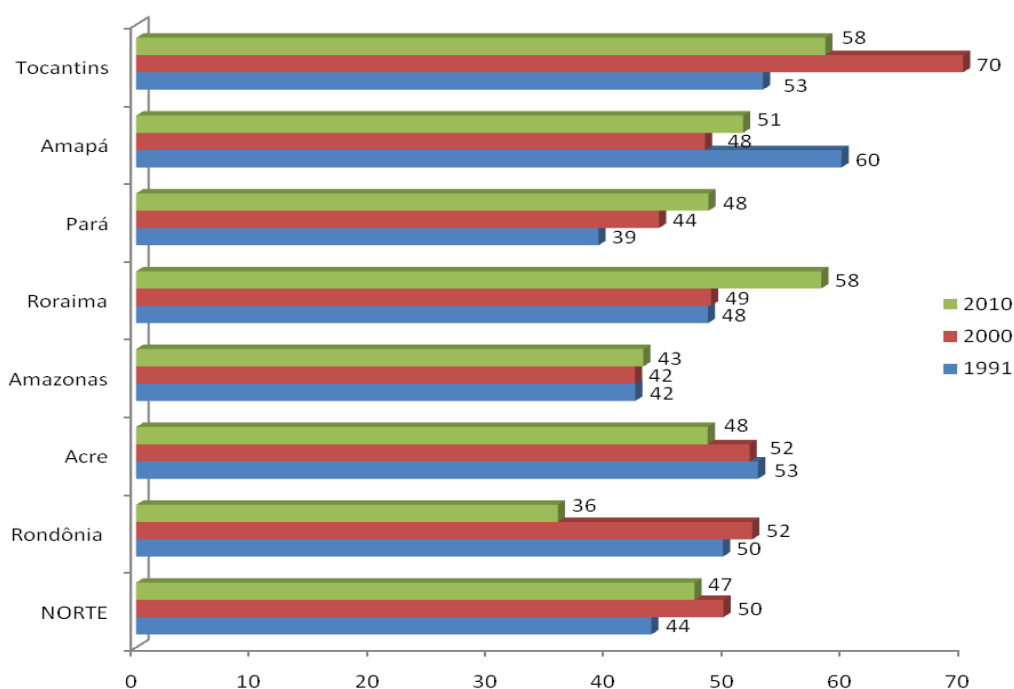


Gráfico 4 - Proporção de eleitores do sexo masculino com voto facultativo na região norte - 1991/2000/2010

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE (1992/2000/2016) e do Censo Demográfico do IBGE (1991/2000/2010).

A representação feminina na Região Norte com idade de 16 a 17 anos, apresenta um percentual crescente em relação ao período pesquisado, temos um aumento de 9% de 1991 para 2010 (Gráfico 5). Os estados que tiveram aumento gradual em relação aos anos, foram Pará e Roraima, este último registrou um aumento de 11% em relação aos outros anos; nos demais Estados a representação das mulheres foi alternada, há estados que apresentaram crescimento de 1991 para 2000 e uma relativa queda de 2000 para 2010 das mulheres jovens que representam o voto facultativo.

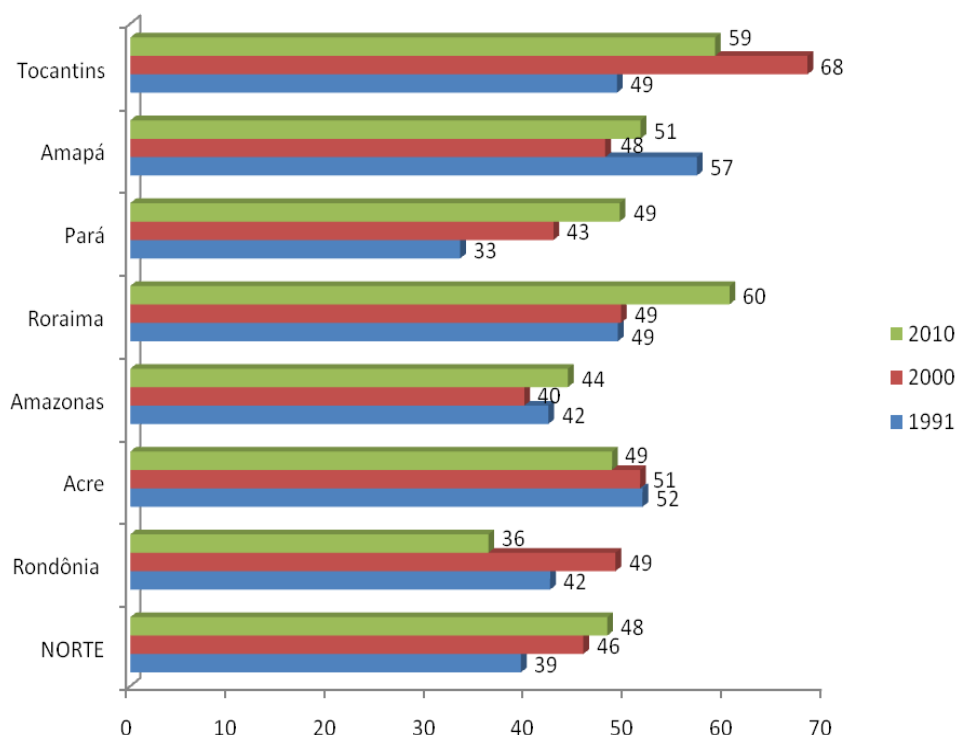


Gráfico 5 - Proporção de eleitores do sexo feminino com voto facultativo na região norte - 1991/2000/2010.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE (1992/2000/2016) e do Censo Demográfico do IBGE (1991/2000/2010).

Quanto ao IDH Educação o Gráfico 6 apresenta o desempenho educacional da região norte. É importante salientar que a região em sentido macro apresenta um nível considerado baixo. Os Estados do Tocantins, Amapá e Roraima, entretanto, passam, ainda que timidamente, da média da Região. O Estado do Pará, sendo o mais populoso, apresenta (em 2010) o índice mais baixo, contrapõe-se a Tocantins que apesar de em 2010 apresentar o índice mais elevado, em 1991 configura-se como o mais baixo.

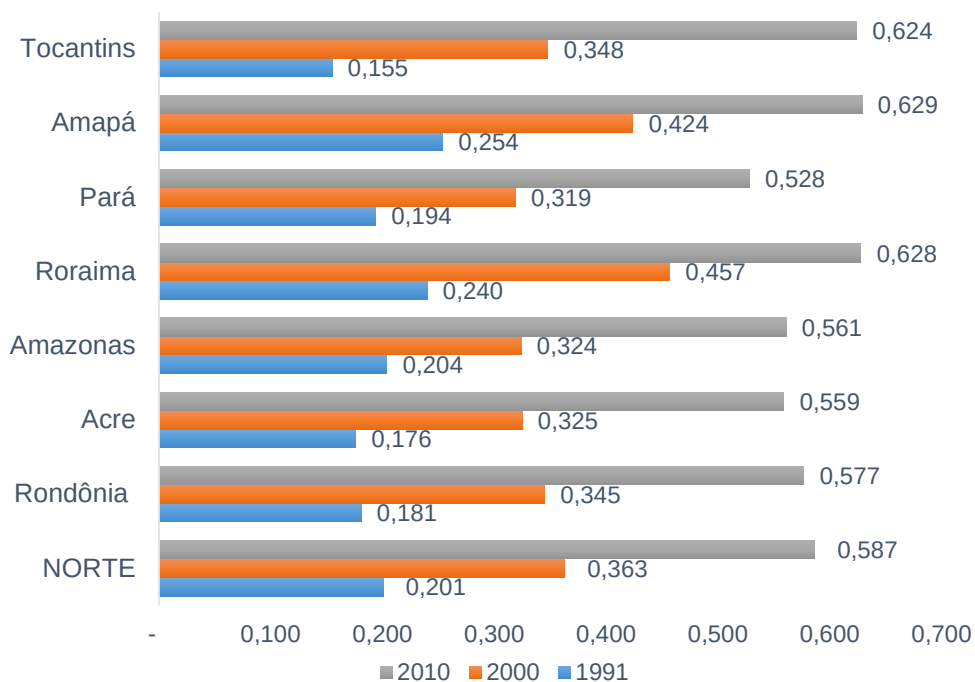


Gráfico 6 – IDH Educação na Região Norte - 1991/2000/2010.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Atlas Brasil (1991/2000/2010).

A região sudeste conforme indica o Gráfico 7 é composta por quatro Estados. É onde se encontra o maior número de eleitores, o Estado de São Paulo, por exemplo, detém uma grande contribuição nesta premissa. Sendo politicamente um Estado influente no cenário político, seguido do Rio de Janeiro. Apesar da diferenciação que há entre eles, de acordo com os números, fica evidente a regressão nos valores referentes a proporção de eleitores. Nesta região ocorreu, em sentido macro, uma diminuição de forma quase que constante. Esta constância se deu de modo variado no Estado do Espírito Santo, uma vez que no intervalo de 1991 a 2000 a regressão não se materializou, embora não tenha comprometido a média da região. Outro fator interessante é o boom que ocorre em Minas Gerais entre 1991 e 2000, sendo procedido de um crescimento insignificante. Tais considerações podem indicar fatores externos que fogem ao padrão Rio-São Paulo.

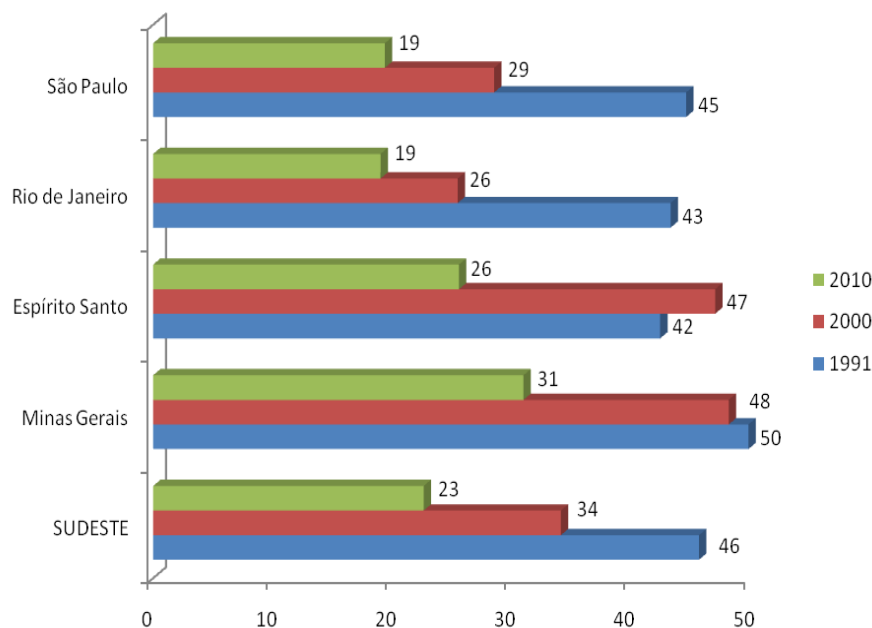


Gráfico 7 - Proporção de eleitores do sexo masculino com voto facultativo na região sudeste - 1991/2000/2010.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE (1992/2000/2016) e do Censo Demográfico do IBGE (1991/2000/2010).

Como no gráfico anterior, este também refere-se ao Sudeste, como foi tocado anteriormente, houve uma regressão em todos os Estados se comparado 2010 a 1991, vários fatores poderiam explicar a razão de tal fenômeno. O Estado do Espírito Santo mais uma vez chama a atenção. E dessa vez, este Estado como no caso masculino, repetiu-se a progressão entre 2000 e 1991 (Gráfico 8). Minas Gerais também seguiu esta lógica, tendo aumentado seu coeficiente entre o intervalo de 1991 a 2000, embora tenha sido um valor diminuto (aumenta 2 pontos), não deve ser ignorado. No caso do Espírito Santo, este intervalo chega a 10 pontos, para chegar em 2010 com regressão e 12 pontos em relação a 2000 e 8 e for trazido a lume o intervalo de 1991 a 2010.

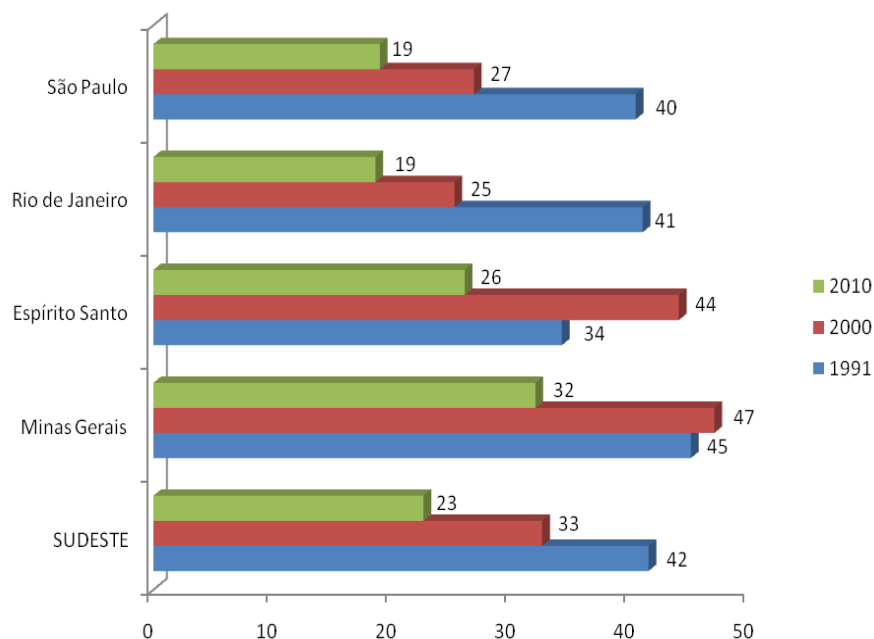


Gráfico 8 - Proporção de eleitores do sexo feminino com voto facultativo na região sudeste - 1991/2000/2010.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE (1992/2000/2016) e do Censo Demográfico do IBGE (1991/2000/2010).

Quanto ao IDH Educação o Gráfico 9 apresenta a progressão do coeficiente educacional nos Estados do Sudeste. É evidente que todas os Estados demonstraram um crescimento na dimensão educação, para os três períodos, porém podemos observar as diferenças que as regiões possuem. Apenas São Paulo em 2010 possui o IDH alto, os outros Estados possuem baixo IDH-Educação. Tais características destacam que a região Sudeste, mesmo não tendo todos os Estados com índice alto, é a região onde são encontradas melhores condições.

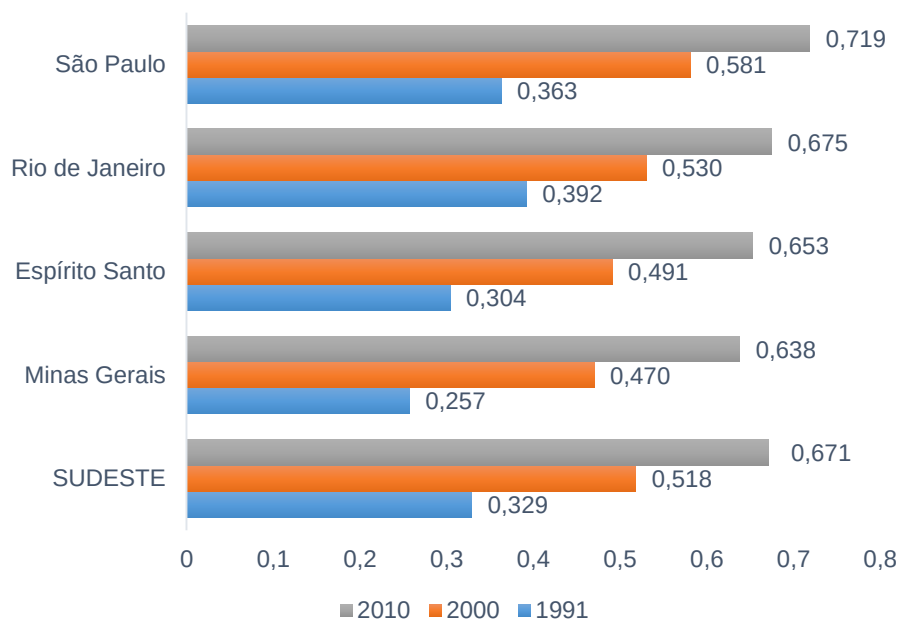


Gráfico 9 – IDH Educação na Região Sudeste - 1991/2000/2010.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Atlas Brasil (1991/2000/2010).

Se tomarmos o ano de 1991 como ponto inicial perceberemos que todos os Estados poderiam ser classificados com IDH-educação muito baixo. Embora o crescimento em cada um dos Estados tenha ocorrido de modo quase equânime, o Estado de Minas gerais, Espírito Santo e Rio de janeiro ainda estão circunscritos ao IDH médio, apenas São Paulo se enquadra ao IDH alto.

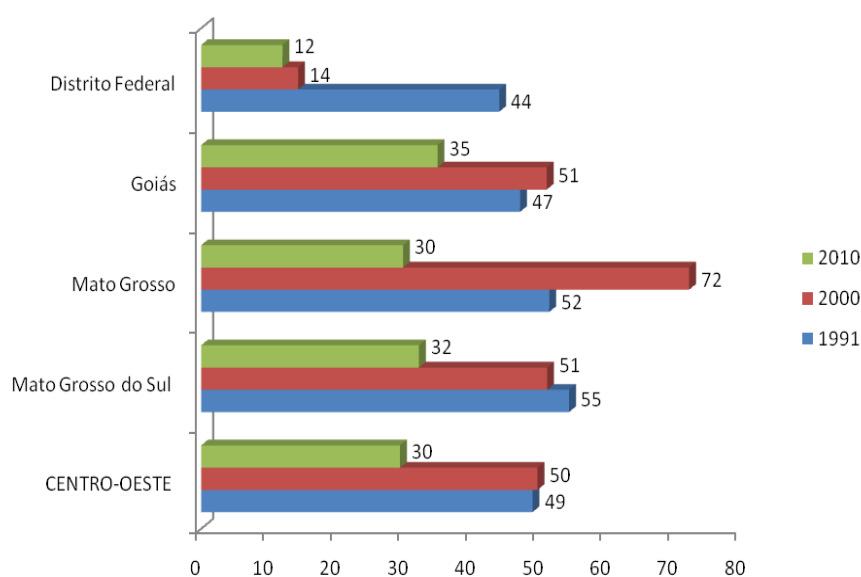


Gráfico 10 - Proporção de eleitores do sexo masculino com voto facultativo na região centro-oeste - 1991/2000/2010.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE (1992/2000/2016) e do Censo Demográfico do IBGE (1991/2000/2010).

Esta região é formada por quatro Estados, pode-se perceber que em sentido geral, houve uma diminuição quase que constante na proporção de eleitores, se considerarmos a diferença como quase nula (Gráfico 10). Essa média na região se baseia no fato dos Estados de Goiás e Mato Grosso terem altos índices em 2000. O Distrito Federal e Mato Grosso são os que detêm os coeficientes mais distantes. O primeiro estava em 1991 com 44 chegando a 2010 com 12, uma diferença de 32, enquanto o Mato Grosso avança em 1991 de 52 para 72 em 2000, regredindo para 30 em 2010. O aumento (2000) para em seguida marcar declínio (2010) é muito curioso para o Estado do Mato Grosso. Goiás iniciou 1991, elevou-se pouco com a chegada de 2000 para logo em seguida declinar-se em 2010, se compararmos os extremos (1991 a 2010), a regressão foi relativamente alta, ocupando a casa 12.

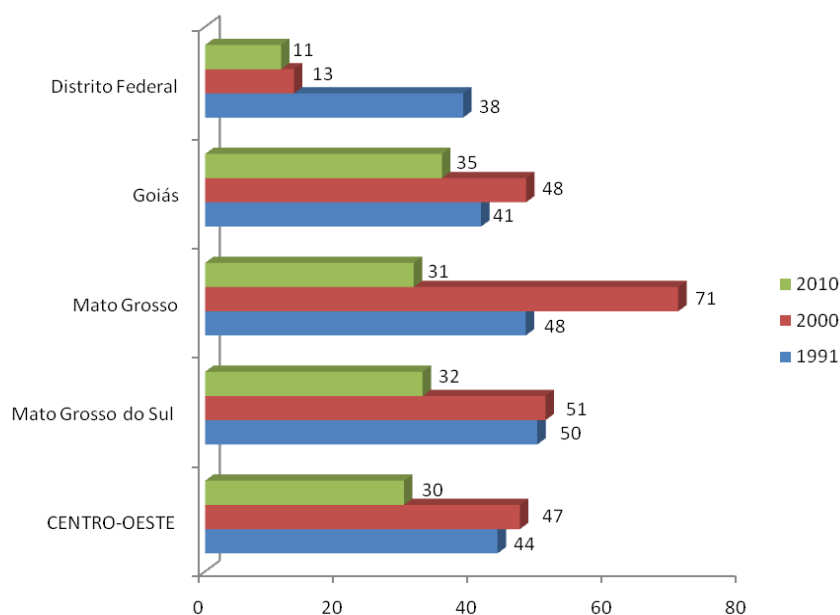


Gráfico 11 - Proporção de eleitores do sexo feminino com voto facultativo na região centro-oeste - 1991/2000/2010.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE (1992/2000/2016) e do Censo Demográfico do IBGE (1991/2000/2010).

Observando esta região centro-oeste, no Gráfico 11, a partir dos eleitores do sexo feminino é possível notar que não houve uma regularidade se considerarmos 2010 e 1991. Os dados indicam que o coeficiente avança em 2000 para logo regredir na década seguinte. Algo que merece ser ressaltado nesta região é a inserção do Distrito Federal, onde localiza-se o polo de direção da república brasileira, podendo deter diferentes incentivos de

comparecimento. Nesta ótica representa juntamente com Mato Grosso diferentes oscilações em relação aos outros Estados. Em 1991 o Distrito Federal marcava 38, quase uma década depois este valor cai mais da metade, para chegar em 2010, com pouca margem de mudança. Isso mostra que o padrão manteve-se embora em medida mais branda.

Quanto ao IDH Educação o Gráfico 12 apresenta o crescimento do coeficiente em cada um dos Estados da região Centro-oeste. Ressalta-se em 1991 o Estado do Mato Grosso com o IDH muito baixo, apesar de todos os Estados nesse período sinalizarem baixo IDH, esse Estado correspondia a metade do coeficiente presente no Distrito Federal. Já em 2010 o cenário é um pouco diferente, porém o Distrito Federal ainda é o único que pode ser classificado como alto, embora os outros não estejam tão atrás. Sendo classificados como médios. Embora já tenha sido levantado, é interessante ressaltar que o Distrito Federal é onde está instalada a sede do governo, sendo a sensibilização política maior com esta entidade subnacional.

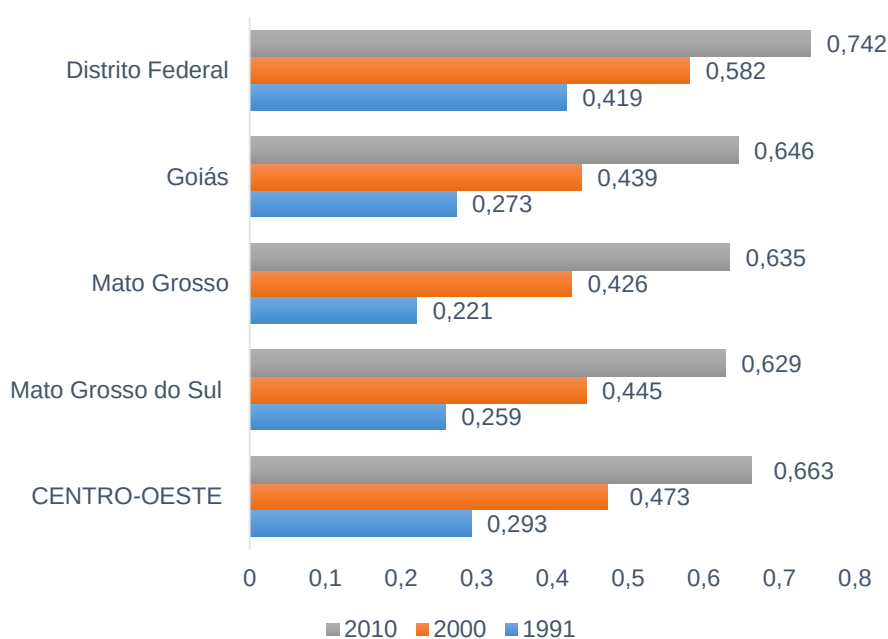


Gráfico 12 – IDH Educação na Região Centro Oeste- 1991/2000/2010.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Atlas Brasil (1991/2000/2010).

A região Sul possui a menor extensão territorial do país, é composta por apenas três Estados, uma região em que houve a diminuição dos eleitores masculinos com voto facultativo em todos os estados (Gráfico 13). Na primeira década pontuada, a regressão não foi extrema, mas se manteve. Revela ainda que no intervalo de 2000 a 2010, tal regressão caminhou a passos

longos, todos os estados da região regrediram proporcionalmente. O fato merece ser observado mais de perto. Algo que chama a atenção em relação a outras regiões aqui expostas é o fato da regressão de valores terem atingido todos os Estados membros, ao contrário do que foi colocado anteriormente, quando o ano 2000 representou crescimento em quase todos casos, ao que indica, esses dados trazem a lume o fato de cada região ter recebido de maneira peculiar as modificações ocorridas na sociedade brasileira.

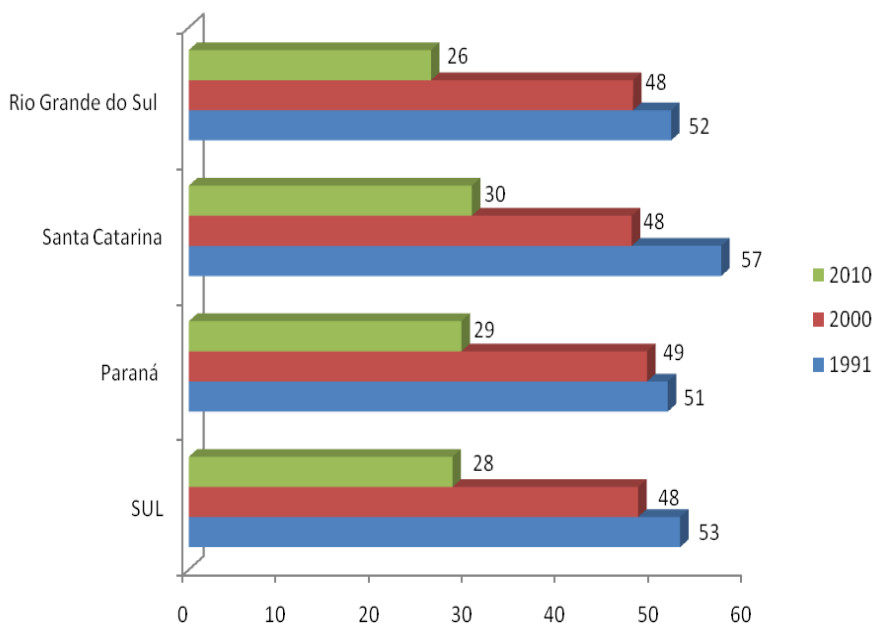


Gráfico 13 - Proporção de eleitores do sexo masculino com voto facultativo na região sul - 1991/2000/2010.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE (1992/2000/2016) e do Censo Demográfico do IBGE (1991/2000/2010).

Observando o eleitor do sexo feminino é possível notar, em sentido geral, na região, certa subtração de suas dimensões, embora muito diminutas entre 1991 e 2000 (Gráfico 14). Os Estados mantiveram uma dinâmica diferenciada, o Rio Grande do Sul, regrediu pouquíssimo, de 1991 a 2000, embora em 2010 tenha caído consideravelmente.

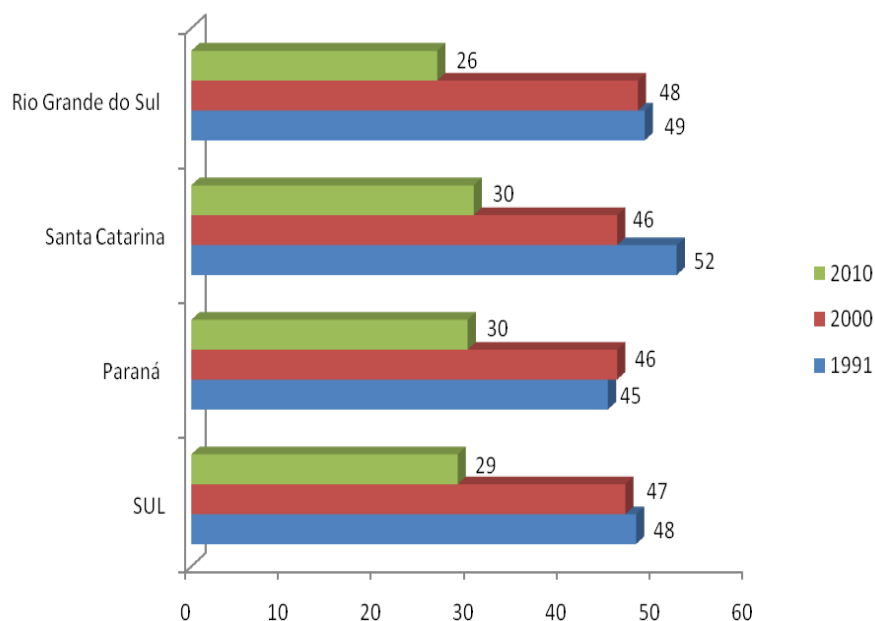


Gráfico 14 - Proporção de eleitores do sexo feminino com voto facultativo na região sul - 1991/2000/2010.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE (1992/2000/2016) e do Censo Demográfico do IBGE (1991/2000/2010).

Observando o eleitor do sexo feminino na região é possível notar uma certa subtração de suas dimensões, embora muito diminutas entre 1991 e 2000 (Gráfico 14). Os Estados mantiveram uma dinâmica diferenciada, o Rio Grande do Sul, regrediu pouquíssimo, de 1991 a 2000, embora em 2010 tenha caído consideravelmente. O Paraná comportou-se como o único estado a avançar de 1991 a 2000, mesmo tendo sido quase nulo este avanço. Embora tenha sido discutido que esta região foi a única que manteve um padrão, o dado colocado acima ilustra que de certa forma o fenômeno do crescimento se materializou em 2000 no Paraná, embora dotado de forças insignificantes.

Quanto ao IDH Educação o Gráfico 15 apresenta o inverso do que diagnosticamos nos dados à cima, a presença dos jovens que possuem a faixa etária de 16 a 17 anos e estão frequentando a escola, apresentou significativo aumento do ano 1991 a 2010. Na escala de desenvolvimento humano, que vai de 0 a 1, a Região Sul saiu de um conceito muito baixo para um conceito médio de desenvolvimento.

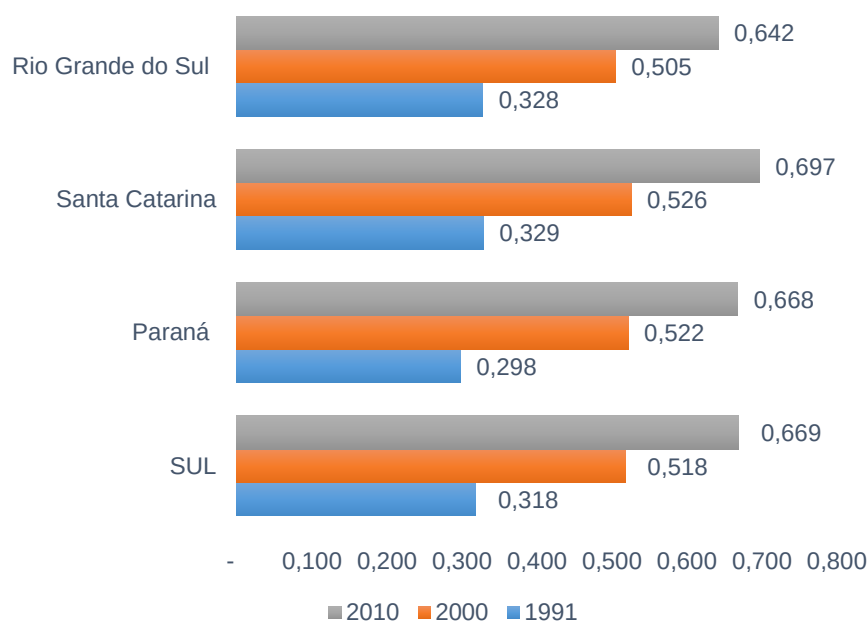


Gráfico 15 – IDH Educação na Região Sul - 1991/2000/2010.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Atlas Brasil (1991/2000/2010).

Nos Estados presentes no Gráfico 16 temos a maior concentração de estados por região, compõem a região um total de nove estados da federação – Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão. Destes estados o mais populoso é a Bahia com cerca de 14,1 milhões de habitantes no ano de 2007².

A região do Nordeste representou nos anos pesquisados um maior percentual no senso de 2000, o registro de jovens do sexo masculino com idade de 16 a 17 anos, reflexo dos estados da Bahia, Sergipe, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte que apresentaram um percentual elevado neste ano (Gráfico 16). O estado do Maranhão apresentou um crescimento da população masculina com voto facultativo interessante, foi aumento 25% do censo de 1991 a 2010, o aumento mais expressivo em relação aos demais estados. Os estados de Pernambuco e Piauí tiveram inexpressiva oscilação em relação à variação da população masculina no período pesquisado.

² Dados da Super Intendência de Estudos Econômicos e sociais da Bahia (SEI).

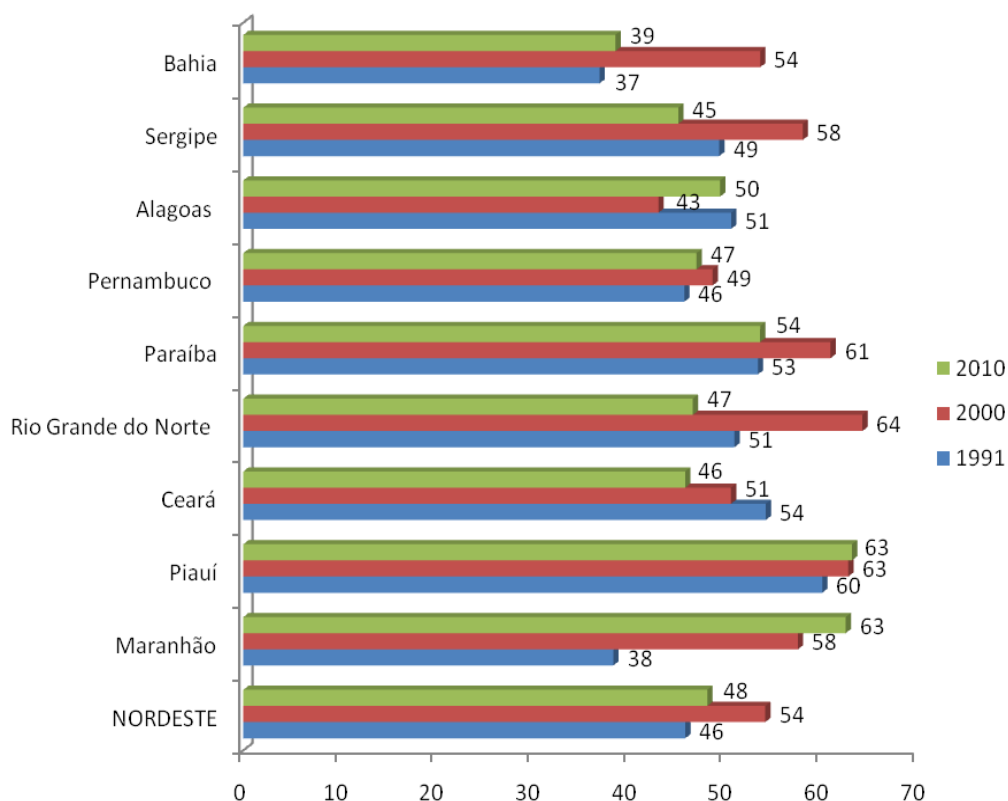


Gráfico 16 - Proporção de eleitores do sexo masculino com voto facultativo na região nordeste - 1991/2000/2010.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE (1992/2000/2016) e do Censo Demográfico do IBGE (1991/2000/2010).

A participação de jovens do sexo feminino presente no Gráfico 17, com voto facultativo no Nordeste, teve uma expressão populacional inferior em relação aos jovens do sexo masculino em todos os períodos pesquisados, 1991, 2000 e 2010. O ano de 2000, assim como no masculino, o feminino registrou-se um percentual elevado nos estados da Bahia, Sergipe, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Faz-se necessário avaliar porque, no censo de 2000 teve elevado registro no percentual dessa população jovem, em detrimento dos outros censos. No Piauí segundo o Tribunal Superior Eleitoral mais da metade dos eleitores são mulheres, o estado apresentou um aumento significativo de 1991 para 2000.

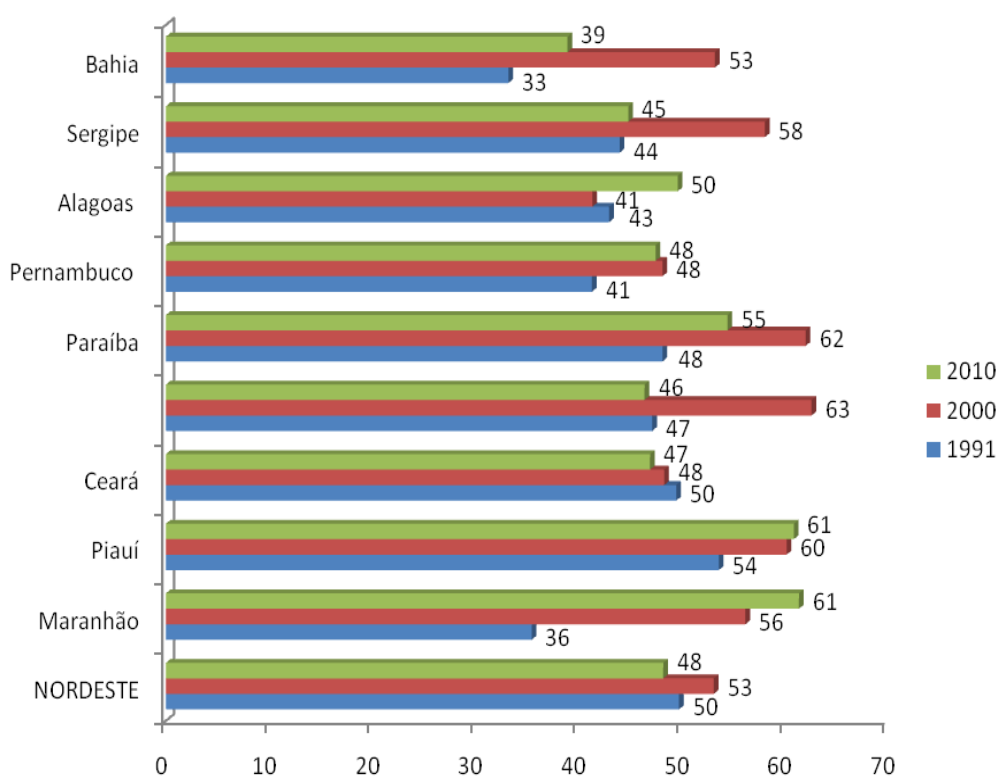


Gráfico 17 - Proporção de eleitores do sexo feminino com voto facultativo na região nordeste - 1991/2000/2010.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE (1992/2000/2016) e do Censo Demográfico do IBGE (1991/2000/2010).

Quanto ao IDH Educação o Gráfico 18 apresenta o crescimento de todos os estados do nordeste, se deslocando o desenvolvimento humano da educação da taxa muito baixa para a baixa, o único estado que chega a taxa média de desenvolvimento o Ceará. Não é possível afirmar categoricamente que os programas, bolsa família e programa jovem aprendiz tenham contribuído unicamente para o aumento da presença dos jovens nas escolas, mas contribuiu bastante para tal. O documento do Governo Federal quando foi criado, consta o seguinte critério para que a família possa aderir ao programa, “garantir frequência mínima de 85% na escola, para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, e de 75%, para adolescentes de 16 e 17 anos” Governo Federal.

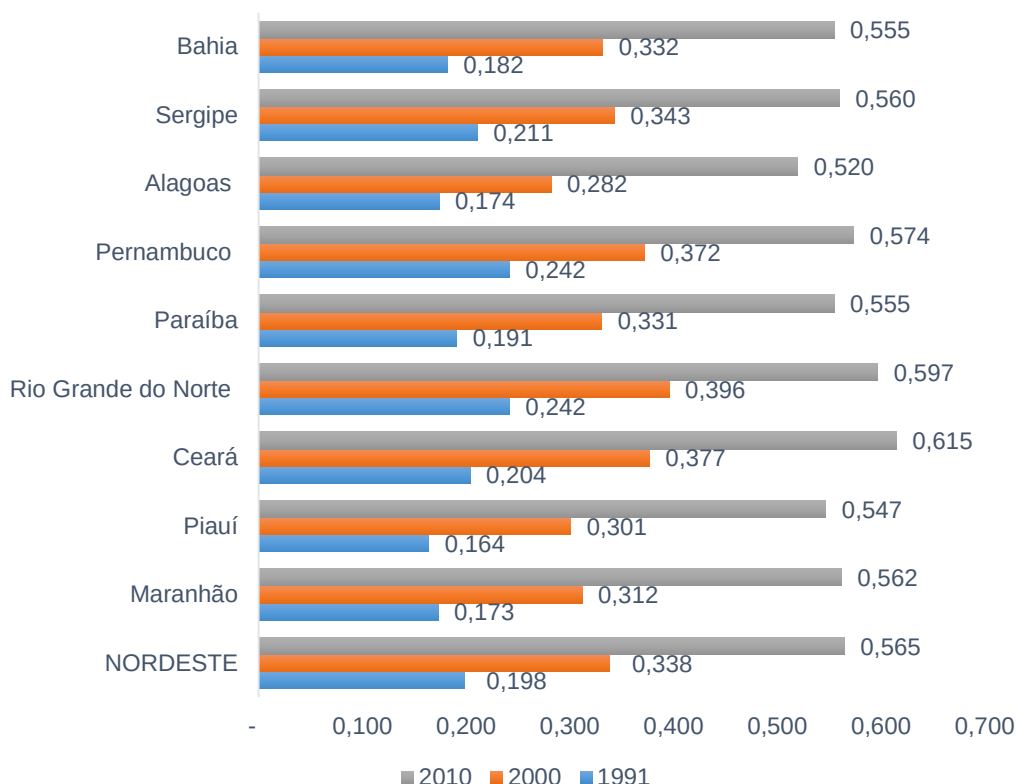


Gráfico 18 – IDH Educação na Região Nordeste - 1991/2000/2010.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Atlas Brasil (1991/2000/2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o caráter preliminar desta pesquisa, algumas variáveis ainda estão passíveis de observação. Optou-se por descrever neste momento que o voto facultativo embora não possua interferência considerável, tendo em vista que os valores absolutos não causam repercussão no pleito eleitoral em relação aos eleitores com voto obrigatório. Porém, do ponto de vista democrático, esta temática merece maiores observações, no sentido de contribuir para maiores aprofundamentos.

A interligação das variáveis podem explicar a relação de causalidade entre comparecimento e escolaridade, bem como comparecimento e sexo. Entretanto, estes indicadores apenas podem elucidar aspectos mais profundos e complexos do arranjo democrático presente no país em tela.

Embora não tenha sido incorporado na discussão, existe outra variável que pode tanto ajudar como dificultar possíveis postulações, a saber, a confiança, isto é, o quão os brasileiros depositam sua confiança nas instituições. Os brasileiros com maior escolaridade podem recusar-se a votar por desacreditarem do método eleitoral. Entretanto, tais afirmativas só poderão ser colocadas em momentos posteriores a este artigo.

O possível aumento da presença destes jovens nas escolas se deu a partir de políticas públicas voltadas para a diminuição da pobreza no Brasil. Um desses programas é o Bolsa Família, no qual, uma das regras para receber tal assistência, consiste em os pais se comprometerem que os filhos frequentem regularmente a escola.

Outra medida que possivelmente influenciou a esses jovens frequentarem a escola foi o Programa Jovem Aprendiz, criado no ano 2000, que atende jovens com faixa etária de 15 a 18 anos, motivando o ingresso ao mercado de trabalho, um dos requisitos para fazer inscrição, o jovem precisa estar frequentando a escolar regularmente.

Apesar do aumento da presença dos jovens na escola em relação aos anos pesquisados, percebemos que essa presença não influenciou em um maior comparecimento às urnas no mesmo período, pelo contrário, no Brasil houve uma significativa redução, tanto do sexo masculino quanto feminino, principalmente nas regiões com maiores índices de desenvolvimento humano.

Neste estudo empírico, demonstrou-se que o eleitorado brasileiro jovem tem diminuído no decorrer do tempo, ou não tem aumentado consideravelmente, quando visto em relação as regiões com maiores IDH-Educação. No entanto, quando se analisam dados referentes aos Estados, verifica-se que as regiões Norte e Nordeste, principalmente, têm aumentado o número de eleitores jovens com voto facultativo.

Quanto verificado a população por sexo, evidenciou diferenças significantes, em alguns Estados, da população masculina em relação a população feminina. A população feminina se apresentou com maior proporção em relação a população masculina em quase todos os Estados, isso mostra que a população feminina tem participado com maior frequência no processo democrático, mesmo em um país onde o voto feminino só foi permitido no ano de 1932.

Com os dados evidenciados neste artigo, ainda não é possível confirmar que os eleitores jovens com voto facultativo tem diminuído, na maioria dos Estados. Porém, este estudo abre uma discussão que necessita de uma maior atenção nos trabalhos, por ser ainda um assunto pouco explorado. De qualquer modo, o objetivo aqui proposto é contemplado em parte, todavia é necessário levantar outras variáveis que expliquem a dinâmica de cada Estado e regiões como um todo.

REFERÊNCIAS

ATLAS BRASIL. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>. Acesso em 12.Dez., 2016.

DENNY, D.; DOYLE, O. Political Interest, Cognitive Ability and Personality: Determinants of Voter Turnout in Britain. *British Journal of Political Science*, 38 (2), pp. 291-310. 2008

ELKINS, Zachary. (2000). Quem iria votar? Conhecendo as conseqüências do voto obrigatório no Brasil. *Opin. Publica*, v.6 n.1 (23).

GEYS, B. (2006). Explaining Voter Turnout: A Review of Aggregate-Level Research. *Electoral Studies*, 25, pp. 637-663.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico de 1991, 2000 e 2010. Banco de Dados Agregados. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago, 2016.

NOGUEIRA FILHO, Octaciano da Costa. (2010). Vocabulário da política. Brasília: Senado Federal, Universidade do Legislativo.

OLIVEIRA, L. H. H.. (1999). Voto obrigatório e equidade: um estudo de caso. *São Paulo em Perspectiva*, 13.

PORTAL BRASIL – Jovem aprendiz. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/01/santa-catarina-ingressa-16-254-jovens-aprendizes-em-2013>. Acesso em 11 julho, 2017.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido; BORBA, Julian e SILVA, Rafael da. (2015) Comparecimento eleitoral na América Latina: uma análise multinível comparada. *Rev. Sociol. Polit.*, v. 23, n. 54, p. 91-108.

SOCIAL, Ministério do Desenvolvimento. Bolsa Família - Governo Federal. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>. Acesso em 11 julho, 2017.

TSE – Tribunal Superior Eleitoral. Perfil do Eleitorado - Repositório de dados do TSE (1992/2000/2016). Disponível em < <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais> >. Acesso em: 17 jun. 2016.